



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>A Atuação da União dos Trabalhadores Favelados e a Consciência da Classe Trabalhadora Carioca</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Marco M. Pestana de A. Guedes</b>	Universidade Federal Fluminense	UFF	Mestrando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Essa comunicação se debruça sobre os movimentos políticos conduzidos por moradores de favelas nas décadas de 1950 e 1960 na cidade do Rio de Janeiro, especialmente contra a especulação imobiliária e a espoliação urbana a que estavam submetidos. Numa conjuntura marcada por uma alteração no padrão nacional de acumulação e um acirramento progressivo das lutas de classes a nível nacional, a mobilização dos favelados cariocas alcançou sua mais ampla articulação na União dos Trabalhadores Favelados (UTF), fundada no ano de 1954, que articulou moradores de diversas favelas em diferentes áreas da cidade, chegando até a realizar um congresso para organizar sua intervenção política conjunta. A partir da análise da trajetória da UTF se pretende não apenas assinalar a auto-percepção dos favelados como parte de um coletivo mais amplo, o dos trabalhadores, como, principalmente, sua contribuição para o desenvolvimento e consolidação da consciência da classe trabalhadora como um todo. Nesse sentido, será dispensada atenção especial ao papel desempenhado pela categoria de "trabalhadores" como fundamental para a produção dessa consciência, na medida em que contribuiu para iluminar a proximidade das experiências dos favelados e dos demais segmentos do proletariado carioca naquela quadra histórica.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
União dos Trabalhadores Favelados – Classe trabalhadora do Rio de Janeiro – Trabalho			
ABSTRACT			
<p>This text focuses on the political movements conducted by "favela" residents in the 1950's and 1960's at Rio de Janeiro, especially those against housing speculation and urban spoliation. In a moment characterized by a switch in national accumulation process and a progressive intensification of class struggle at a national level, the "favelados" mobilization reached its organizational peak with the "Favela" Labourers Union, founded in 1954. This union congregated residents of many different "favelas" spread throughout the city and was even responsible for the organization of a congress aiming to guide their collective political intervention. The analyses of the trajectory of the "Favela" Labourers Union will enable us to mark not only the self-perception of the "favelados" as members of a broader collective, the one composed by all labourers, but mainly their contribution to the development of the whole working class consciousness. In order to accomplish that goal, it will be especially focused the role played by the category of "labourers" as a fundamental element in the production of such consciousness, in the extent that it contributed to enlighten the similarity of the experiences lived by "favelados" and other groups among the "carioca" working class in that historical frame.</p>			
KEYWORDS			
"Favela" Labourers Union – Rio de Janeiro working class - Labour			

### *Introdução e delimitação do objeto*

Como acuradamente perceberam Alvito e Zaluar<sup>1</sup>, praticamente desde seu surgimento no final do século XIX, a favela foi tratada por aparelhos estatais e agentes vinculados às classes

<sup>1</sup> ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. "Introdução". In: \_\_\_\_\_ (orgs.). *Um século de favela*. 4ª ed. Rio de Janeiro, FGV: 2004. pp.7-11.

dominantes cariocas como um problema<sup>2</sup>. Não se tratava, evidentemente, de se pensar os problemas enfrentados por seus moradores, ou mesmo os problemas que levavam as pessoas a ali residirem; a favela era, em si e por si mesma, o problema. A produção da favela como problema muito cedo se fez acompanhar por propostas de soluções, muitas delas bastante assistemáticas e que variavam de acordo com a forma pela qual o problema era delimitado. Se a questão girava em torno da criminalidade, o cerco policial poderia resolvê-la, se sua vertente priorizada era a da higiene e da saúde pública, a limpeza e a expulsão dos moradores eram apresentadas como panacéias. Também na Primeira República, surgiram as primeiras reflexões que buscavam soluções mais duradouras, fundamentalmente através de proposições objetivando a construção de casas populares, que serviriam de alternativa aos moradores das favelas<sup>3</sup>.

Entretanto, é apenas nos estertores do Estado Novo que esse gênero de proposta passa a ser efetivado a partir da ação estatal. Mais especificamente, foram construídos, entre 1941 e 1943, três Parques Proletários, na Gávea, no Caju e no Leblon, destinados a receber, a princípio temporariamente, moradores de favelas de áreas que seriam urbanizadas<sup>4</sup>. Ao longo dessa década, a questão da habitação, e mais especificamente das favelas, adquiriu progressivamente maior centralidade na pauta política do Rio de Janeiro, a ponto do editorial do jornal *O Globo* de 19/05/1948 afirmar que “(...) a favela não é um simples problema social. É sobretudo ‘o problema social’ do momento no Rio de Janeiro”<sup>5</sup>.

De um lado, essa evidência adquirida pelo tema deve-se, indubitavelmente, a fortes pressões conjunturais, como o aumento da população da cidade e o agravamento do déficit habitacional, entre outras; de outro lado, igualmente relevante foi o exponencial crescimento da atuação política organizada dos próprios favelados<sup>6</sup> em termos classistas, no bojo do processo de rearticulação política da classe trabalhadora carioca então em curso, do qual participaram ativamente os trabalhadores favelados. Partindo dessa constatação, esse trabalho busca contribuir para a compreensão desse processo de organização – um objeto pouco abordado pela historiografia –, a partir da análise do papel conferido às categorias de “trabalho” e “trabalhadores” na articulação do movimento dos favelados. Para tal, será privilegiada como objeto imediato de análise a trajetória da União dos Trabalhadores Favelados, fundada em 21/04/1954.

### ***A reorganização da classe trabalhadora carioca e o contato entre o PCB e os favelados***

---

<sup>2</sup> Ao tratar desse tópico, há que se ter enorme cuidado para que não haja incorporação acrítica de elementos das ideologias historicamente dominantes em nossa sociedade, que ensejam a naturalização da percepção da favela como um problema abstrato para o conjunto da sociedade, virtualmente desconsiderando as clivagens de classe existentes, que determinam – no sentido de exercer pressões e estabelecer limites – não apenas os interesses dos distintos agentes em torno do fenômeno da favela, como sua percepção da mesma. Uma importante evidência da força dessas concepções é sua penetração em trabalhos acadêmicos, como, por exemplo, **BURGOS, Marcelo Baumann**. “*Dos parques proletários ao Favela-Bairro. As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*”. In: **ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba (orgs.)**. *Um século de favela*. Op. Cit. p.26, que fala em “*descoberta do problema favela*” (itálico meu), conceituado em termos de uma “*exclusão*” de seus moradores no que se refere a direitos sociais, civis e políticos.

<sup>3</sup> Algumas dessas propostas foram analisadas detalhadamente por **MATTOS, Romulo Costa**. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2008.

<sup>4</sup> **BURGOS, Marcelo Baumann**. “*Dos parques proletários... Op. Cit.*”. p.28.

<sup>5</sup> Citado por **LIMA, Nísia Verônica Trindade**. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro – Políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989. p.81.

<sup>6</sup> Deve-se, desde já, afirmar que esse trabalho não ignora a existência de moradores de favelas inseridos em distintas classes sociais. Apesar disso, optou-se por utilizar, ao longo do texto, o termo “favelados” como sinônimo de “trabalhadores favelados”, sendo esses compreendidos em termos bastante próximos àqueles que o próprio movimento dos trabalhadores favelados empregava para delimitar sua abrangência.

A instituição do Estado Novo, em 1937, desencadeou uma profunda radicalização do processo de repressão e desorganização da classe trabalhadora em pleno curso desde o sufocamento do mal-sucedido levante comunista de 1935, pejorativamente denominado Intentona. Sob a guarida da Lei de Segurança Nacional varguista, as principais lideranças da classe trabalhadora, especialmente comunistas, foram encarceradas, enfraquecendo substancialmente o movimento sindical e seus outros instrumentos de atuação política, como o próprio PCB, então oficialmente denominado Partido Comunista do Brasil.

Poucos anos mais tarde, à luz da percepção da proximidade do final do regime que dirigia, o grupo aglutinado ao redor de Getúlio Vargas alterou sensivelmente a forma de atuação predominante em sua relação com os trabalhadores brasileiros e suas entidades. Do binômio repressão/esvaziamento, passou-se, então, a privilegiar a formação de uma casta de dirigentes sindicais simultaneamente capazes de penetrar o conjunto da classe e atuar politicamente segundo a nova linha política que o varguismo desenvolvia, com ênfase nos direitos sociais e trabalhistas propagandeados como “concessão” do presidente<sup>7</sup>.

Simultaneamente, a abertura progressiva do regime ditatorial ensejava as condições para a rearticulação do PCB. Se na conjuntura anterior o funcionamento de suas instâncias centrais foi virtualmente interrompido, resumindo-se o partido à atuação bastante inorgânica de militantes dispersos<sup>8</sup>, a redemocratização prenunciava outro quadro<sup>9</sup>. O processo de rearticulação do partido assumiu, então, diversas facetas. Se a perspectiva de vitória eleitoral era, evidentemente, inexistente entre os comunistas, o saldo das eleições de 1945, afigurou-se bastante positivo, tendo o partido alcançado 10% dos votos para a presidência da República com um candidato pouco conhecido, Yedo Fiúza, além da eleição de catorze deputados federais e um senador (Luiz Carlos Prestes)<sup>10</sup>. No pleito municipal de 1947, os pecebistas conseguiram formar a maior bancada entre todos os partidos inscritos no Distrito Federal, com 18 vereadores eleitos, o que, entretanto, não lhes assegurava a maioria absoluta das cadeiras da casa<sup>11</sup>. No que tangia à organização direta dos trabalhadores, o sindicalismo de Estado era compreendido como um espaço fundamental a ser ocupado, ainda que outras forças organizadas também ali atuassem, com destaque para os militantes e sindicalistas ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado sob os auspícios de Vargas ao final do Estado Novo.

Também nesse momento, os pecebistas cariocas se voltaram para outras formas de organização. Já em 1945, o PCB começa a por em prática a tática de fundação de Comitês Populares Democráticos (CPD's), principalmente nos locais de trabalho, nos sindicatos não dirigidos por pecebistas e nos bairros habitados prioritariamente por trabalhadores. Os CPD's eram propostos como organismos de todos os democratas e do conjunto da classe trabalhadora, e não apenas dos comunistas, objetivando reverberar as reivindicações surgidas no seu dia-a-dia, bem como forjar novas lideranças<sup>12</sup>. Para os propósitos desse trabalho, interessam, sobretudo, os CPD's

---

<sup>7</sup> Essa virada política foi detalhadamente acompanhada por **GOMES, Angela de Castro**. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005., especialmente na 2ª parte do livro, que engloba os capítulos III a VIII.

<sup>8</sup> **BUONICORE, Augusto Cêsar**. “1943-1947: A política de União Nacional – Reorganização na Conferência da Mantiqueira”. In: **RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (orgs.)**. *Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010. p.73.

<sup>9</sup> Não à toa, as principais lideranças pecebistas, como o próprio Luiz Carlos Prestes, recém-liberto dos anos passados nos cárceres estado-novistas, empenharam-se em garantir a estabilidade do regime que emergia, mesmo que isso exigisse que os trabalhadores “apertassem os cintos” e abdicassem das greves como forma de não gerar pretextos para a contra-ofensiva fascista que enxergavam como iminente. **WEFFORT, Francisco**. “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra)”. IN: *Estudos CEBRAP*. São Paulo, No. 4, CEBRAP, Abril-Junho de 1973. p.88.

<sup>10</sup> **BUONICORE, Augusto Cêsar**. “1943-1947: A política... Op. Cit.”. p.78.

<sup>11</sup> **PINHEIRO, Marcos César de Oliveira**. *O PCB e os Comitês Populares Democráticos na cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p.106.

<sup>12</sup> **IDEM**. *Ibidem*. pp.1; 45-46.

organizados nos bairros, que rapidamente se viram na contingência de se metamorfosearem em associações de bairro, por conta da nova onda repressiva desencadeada em 1946, que teve como ponto alto a colocação do PCB na ilegalidade no ano seguinte<sup>13</sup>.

Dentre esses organismos de bairros, alguns deles possuíam subcomitês voltados exclusivamente para a mobilização dos moradores das favelas em torno de seus problemas específicos. Destaca-se, nesse sentido, a atuação do subcomitê formado a partir do Comitê Popular Democrático da Tijuca no apoio à luta dos moradores do Morro do Turano (cujo nome foi por eles alterado para Morro da Liberdade) contra as ações do grileiro Emílio Turano que afirmava ser o proprietário das terras do morro e ameaçava despejar os moradores, bem como pela limitação dos aluguéis cobrados aos favelados pelos barracos<sup>14</sup>. O subcomitê atuava também de forma assistencial, levando professores, médicos e outros profissionais vinculados ao Comitê da Tijuca para desempenharem serviços na favela<sup>15</sup>.

Vê-se, portanto, que poucos anos após o Estado passar a se dedicar de forma mais estruturada ao tratamento do tema das favelas, com o início da construção dos já mencionados Parques Proletários, os pecebistas percebiam que a situação enfrentada pelos moradores das favelas era potencialmente frutífera em termos políticos. É interessante notar que essa avaliação era partilhada por aqueles que desejavam manter a influência comunista afastada dos favelados, como é o caso de diversos organismos da sociedade civil vinculados às classes dominantes. Destaca-se, nesse ponto, a ação de setores ligados à Igreja Católica, convencidos de que apenas o “desenvolvimento humano” dos favelados poderia neutralizar a influência dos comunistas sobre eles. Para desempenhar essa tarefa, foi criada em 22/1/1947, com apoio da Prefeitura do então Distrito Federal, a Fundação Leão XIII, que buscava capacitar os “moradores [para] resolverem seus problemas a partir de uma orientação que estimulasse a participação comunitária”, incentivando, inclusive, a organização de sociedades de moradores<sup>16</sup>.

Note-se que dizer isso não é o mesmo que afirmar que o PCB tenha sido o responsável único pela atuação política organizada dos favelados em oposição ao regime. Pelo contrário, simultaneamente ao advento dos CPD's, marco da tática pecebista voltada para a mobilização a partir dos locais de moradia, surgiam outras iniciativas organizativas de favelados, como, por exemplo, aquelas levadas a cabo por moradores das favelas do Pavão/Pavãozinho, Cantagalo e Babilônia, que montaram comissões com o fito de resistir a possíveis tentativas de transferi-los para os parques proletários<sup>17</sup>. Entretanto, a consideração do peso do PCB no desenvolvimento dessas formas organizativas adquire especial relevância caso atentemos para a capacidade do partido de expressar a consciência de classe dos trabalhadores cariocas – e brasileiros de modo geral – naquele momento histórico<sup>18</sup>. Essa via analítica baseia-se explicitamente nos preceitos sistematizados por Antonio Gramsci para a análise dos partidos políticos em conexão com os elementos da sociedade em que os mesmos se inserem, os quais são sintetizados em sua afirmação de que o partido deve difundir

“(…) uma ideologia política que se apresenta não como fria utopia, nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta

---

<sup>13</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.43.

<sup>14</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.84-87.

<sup>15</sup> **LIMA, Nísia Verônica Trindade.** *O movimento de favelados... Op. Cit.* pp.101-102.

<sup>16</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.73-75. Embora não as especifique, a autora menciona, na mesma passagem, que a Fundação enfrentou dificuldades para implementar concretamente essas sociedades.

<sup>17</sup> **BURGOS, Marcelo Baumann.** “*Dos parques proletários... Op. Cit.*”. p.28.

<sup>18</sup> Note-se, como evidência disso, que, apenas entre 1945 e 1946, o partido saltou de cerca de 50.000 filiados para mais de 200.000. **BUONICORE, Augusto Cèsar.** “*1943-1947: A política... Op. Cit.*”. p.78.

que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva”<sup>19</sup>.

Esse entendimento nos permite superar os limites de abordagens como a de Nísia Lima, que, referindo-se a um momento posterior da atuação política dos favelados – que será discutido mais à frente nesse trabalho – afirmou que

“A presença de agentes ‘externos’, no caso do Borel, inicialmente de um advogado e posteriormente militantes sindicais e partidários (especialmente do PC e PTB), não é, assim, uma exceção e parece ter sido característica da organização do movimento de favelados”<sup>20</sup>.

De um lado, é inegável que o trabalho de Lima acerta ao apontar para a necessidade de se criticar as concepções teóricas tão em voga no Brasil dos anos 1980, quando sua dissertação foi produzida, que buscavam avaliar os movimentos sociais a partir de seu grau de “autonomia”, recaindo num espontaneísmo de viés abstratizante que, no limite, isolava esses movimentos da dinâmica da totalidade social. De outro lado, seu texto termina por inverter o sinal do equívoco que busca reparar, mantendo a abstração indevida. Tratando de forma uniforme, isso é, como elementos “externos”, a atuação dos setores conservadores da Igreja e do PCB em meio aos favelados, a autora torna opacas as vinculações de classe dessas instituições, por certo, bastante diversas. Se, ao contrário, deixarmos de lado procedimentos abstratos e partirmos para o exame do real concreto, perceberemos, como afirmado acima, o PCB como um órgão – apesar das óbvias limitações de suas formulações teóricas e estratégicas que não serão discutidas nesse trabalho – surgido da e mantido pela classe trabalhadora, não podendo, portanto, ser tomado como algo “externo” aos próprios trabalhadores, fossem eles habitantes de favelas, ou não. Essa perspectiva alternativa tem o mérito de evitar naturalizar a separação entre “favela” e “cidade”, característica de tantos trabalhos acerca do tema<sup>21</sup>, subordinando as clivagens geográficas às distinções classistas. Evidentemente, não se pretende, com essas afirmações, negar a especificidade da situação enfrentada pelos favelados em seu cotidiano, mas apenas apontar para sua inserção num conjunto social mais amplo, o dos trabalhadores. Dessa forma, pode-se abrir a porta para o entendimento do movimento dos favelados, então em pleno desenvolvimento, como um dos elementos de um processo mais amplo de reorganização do proletariado nacional e carioca, que tinha no Partido Comunista um de seus esteios principais.

Feita essa digressão, pode-se retomar o fio do texto afirmando que, embora a colocação do PCB na ilegalidade tenha criado uma série de entraves para a atuação dos CPD’s após 1947, é possível afirmar que muitos deles continuaram ativos, em maior ou menor grau, na conjuntura seguinte, ainda que a alteração do nome desses organismos tenha sido uma tática comumente empregada para ludibriar a polícia política, que constantemente os averiguava<sup>22</sup>. Assim, ao

<sup>19</sup> **GRAMSCI, Antonio.** *Cadernos do cárcere.* Maquiavel. Notas sobre Estado e Política. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. pp.13-14.

<sup>20</sup> **LIMA, Nísia Verônica Trindade.** *O movimento de favelados... Op. Cit.* p.108.

<sup>21</sup> Uma boa crítica – ainda que elaborada a partir de um ponto de vista teórico distinto daquele esposado nesse trabalho – desse procedimento analítico dualista pode ser encontrada em **ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba.** “Introdução”. *Op. Cit.* pp.19-22.

<sup>22</sup> Com efeito, mesmo um breve exame da documentação coligida pela Divisão de Polícia Política e Social (DPS), atuante no Rio de Janeiro entre 1944 e 1962, evidencia uma grande quantidade de entidades de bairro e de mulheres (outro dos eixos explorados pelos CPD’s), por exemplo, que foram fundados no momento da redemocratização e se mantiveram atuantes até, pelo menos, os anos 1950.

alcançarmos o momento do grande salto qualitativo na organização política dos trabalhadores favelados, com a estruturação da União dos Trabalhadores Favelados em 1954, o PCB era, portanto, um partido profundamente envolvido com as lutas de base travadas pelo proletariado carioca nos mais diversos âmbitos, assim como os favelados encontravam-se já em contato, fosse ele mediado ou não pelos militantes pecebistas, com outras parcelas da classe trabalhadora carioca.

### *A UTF, os favelados e a categoria de “trabalho”*

Em 21 de abril de 1954, era fundada, em reunião realizada no Morro do Borel, a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), que contou com a presença de moradores de outras sete favelas (Salgueiro, Formiga, Mangueira, Santa Marta, Macaco, Esqueleto e Coelho Neto)<sup>23</sup>. Antes do final daquele ano, os moradores de diversos outros morros já tinham fundado seus próprios núcleos da UTF, como foi o caso dos Morros do Timbaú, Baixa do Sapateiro, Praia de Inhaúma, Providência, Candelária e Jacarezinho, entre outros<sup>24</sup>. Tendo o crescimento das filiações à UTF continuado em ritmo forte também no ano seguinte, impõe-se ao analista a necessidade de explicar as razões de tamanho e tão acelerado fortalecimento.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar as contingências da luta de classes expressas naquela conjuntura. Nesse sentido, chama a atenção a grande quantidade de disputas, judicializadas ou não, verificada naqueles anos em torno dos direitos de propriedade das terras em que se situavam diversas favelas (como nos casos dos morros do Borel, da União e do Sossego<sup>25</sup>), como consequência da brutal valorização que esses espaços alcançavam no mercado imobiliário<sup>26</sup>. As próprias fontes do período são bastante claras ao apontarem a luta pela posse dos terrenos onde se situavam os barracos como uma das bandeiras fundamentais a aglutinar os favelados. Evidência disso é o fato de que os Estatutos da União dos Trabalhadores Favelados afirmavam, em seu artigo 18º, que

“O primeiro objetivo da União dos Trabalhadores Favelados é obter para os seus sócios o direito de morar nos terrenos em que os favelados atualmente ocupam, quer por desapropriação, compra ou aquisição da posse, por usucapião”<sup>27</sup>.

Entretanto, se a ameaça da perda da moradia por certo funcionou como impulso para a atuação política coesa dos favelados, a mesma não é suficiente para explicar a forma assumida por essa ação coletiva. Devemos, então, mencionar como uma segunda razão para a meteórica ascensão da UTF sua capacidade de se inserir num processo já em curso há cerca de uma década quando de

---

<sup>23</sup> *O Dia*. Rio de Janeiro. 22/04/1945. Jornal consultado no acervo do Fundo DPS, Dossiê 1046: União dos Trabalhadores Favelados (UTF), fl.34, localizado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

<sup>24</sup> *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 20/06/1954 e 11/1/1955. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.48; 98, APERJ.

<sup>25</sup> Cf., por exemplo, *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 07/10/1954, 17/10/1954 e 20/10/1954. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.77, 80 e 81, APERJ.

<sup>26</sup> De acordo com Maria Lais Pereira da Silva, esse processo sustentou-se com bastante força por toda a década de 1950, em função do quadro de déficit habitacional caracterizado, entre outras coisas, por “Pressão para despejos, redução da oferta habitacional, processo inflacionário e alta do custo de vida (...)”. SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p.69.

<sup>27</sup> *Projeto de estatutos da UTF*. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.31. APERJ.

sua fundação. Conforme discutido no tópico anterior desse trabalho, a conjuntura de redemocratização ao final do Estado Novo possibilitou uma profunda e rápida rearticulação da classe trabalhadora carioca, no qual os favelados participaram de formas diversas, dentre as quais destacamos o contato com os subcomitês de favelas organizados por alguns dos CPD's. Surgindo no bojo de uma classe com organizações (sindicais, partidárias – em que pese sua ilegalidade, o PCB manteve grande influência em meio ao proletariado carioca –, culturais, recreativas, etc) relativamente estabilizadas, a UTF foi capaz não apenas de se articular com esse vasto universo de entidades, como também de dialogar diretamente com os elementos da consciência de classe capazes de manter os trabalhadores aglutinados. Revelador de sua intervenção nesse processo é o próprio nome escolhido para a entidade, União dos **Trabalhadores** Favelados, e não simplesmente União dos Favelados.

Os próprios membros da UTF evidenciaram, em seus estatutos, sua auto-percepção como partícipes de uma coletividade mais abrangente, ao afirmarem que

“Art.3º) Como trabalhador se considera todo aquele que viva do seu próprio trabalho, sem explorar o trabalho alheio, assim (fim da fl.28) admitidos como sócios os operários, agricultores, funcionários públicos e autárquicos, comerciários, industriários, soldados, marinheiros, aviadores e livres profissionais, bem como todo aquele que tendo vivido do seu próprio trabalho, se encontre incapacitado, por doença ou velhice, de manter-se por sua própria conta”<sup>28</sup>.

Indo além, deixavam igualmente claro que percebiam a condição de favelados como secundária em relação à sua inserção social classista, o que fica expresso no seguinte trecho em que se afirmam como:

“(...) trabalhadores (...) que em face das condições econômicas existentes no Brasil, vêm-se na **contingência** de morar em barracões ou choças, nos terrenos baldios da Capital da República, levando existência de párias da sociedade, muitos emigrados de terras de cultura, pela miséria e abandono dos governos, de modo que, unidos, consigam impor aos que socialmente os oprimem, a prevalência do irrecusável direito a uma existência condigna, nos termos da Constituição Brasileira”<sup>29</sup> (grifo meu).

Esse reconhecimento, por sua vez, não ficou em momento restrito à esfera do discurso, sendo bastante evidente seu balizamento da prática dos membros da UTF, e dos favelados de maneira geral, em diversas situações, das quais se pode mencionar o reconhecimento do apoio de diversos sindicatos à União, externado em discurso de uma liderança favelada na cerimônia de posse de uma das diretorias da UTF<sup>30</sup>, e a defesa de camelôs acossados pelo “rapa” da polícia em local próximo àquele em que acontecia uma manifestação dos favelados<sup>31</sup>, entre outros.

---

<sup>28</sup> **IDEM.** *Ibidem.* fl.29.

<sup>29</sup> **IDEM.** *Ibidem.* fl.28.

<sup>30</sup> *Comunicação do Chefe da Seção Especial de Investigações ao Chefe do Setor de Investigações do DOPS.* 22/04/1963. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.15-18, APERJ.

<sup>31</sup> *Boletim Reservado 46 (SOP).* 09/03/1955. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.2, APERJ.

Ações como o confronto com os policiais que investiam contra os camelôs e as dezenas de atos de resistência contra a arbitrariedade policial nas favelas (com espancamentos, demolição de barracos, extorsões, etc), os quais abundam nas fontes acerca da atuação das UTF, certamente só puderam ocorrer, pois os partícipes desses eventos tinham uma noção minimamente clara não apenas de quem eram seus aliados, como também de seus antagonistas sociais. Essa dupla dimensão da consciência de classe foi bem percebida pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson em sua análise do processo de formação da classe trabalhadora inglesa, no qual afirmou que

“De um lado, havia uma consciência da identidade de interesses entre trabalhadores das mais diversas profissões e níveis de realização, encarnada em muitas formas institucionais (...) Por outro lado, havia uma consciência da identidade dos interesses da classe operária, ou ‘classes produtivas’, enquanto contrários aos de outras classes (...)”<sup>32</sup>.

Sendo os favelados membros da classe trabalhadora, seus opositores só poderiam ser aqueles que viviam de seu trabalho e/ou atuavam no sentido de perpetuar o estado de coisas em que alguns poucos podiam ser sustentados pelo trabalho de muitos. A UTF, evidentemente, também encetou esforços no sentido de identifica-los, conforme pode-se perceber pelas menções, no trecho dos estatutos acima citado, àqueles que “socialmente os oprimem”, e à “miséria e abandono dos governos”. A própria condição de favelados, pela residência em áreas extremamente deficitárias em termos de infra-estrutura urbana facilitava a percepção entre as diferentes inserções sociais que clivavam aquela sociedade, bem como a posição assumido pelo Estado em face dessas assimetrias, algo explicitado no preâmbulo ao projeto de “Lei de proteção aos trabalhadores favelados”, elaborado pela UTF a partir de bastante discussão em suas bases, que afirmava: “(...) não é justo, portanto, distinguir, para preferência das atenções do poder público, os logradouros habitados por ricos dos que são ocupados por trabalhadores pobres”<sup>33</sup>.

Apesar de estruturar a concepção dos favelados acerca de seu lugar social e fundamentar sua luta contra as classes dominantes, as categorias de “trabalho” e “trabalhadores” também eram empregadas por essas, embora com sentido bastante diverso. Se para a UTF e seus membros essas categorias tinham a função primacial de agregá-los ao conjunto da classe trabalhadora, para as classes dominantes tratava-se de mobilizá-las para produzir uma dispersão, por meio da produção de dicotomias categoriais. Dessa forma, o reconhecimento de que a imensa maioria dos favelados era composta por trabalhadores honestos frequentemente servia para estabelecer um contraponto aos militantes comunistas, tidos, por exemplo, como “agitadores” que ludibriavam os favelados<sup>34</sup>, ou comparsas dos grileiros que tentavam despejar os trabalhadores<sup>35</sup>.

Contrastando essas duas posições antagônicas, pode-se perceber que a UTF e as classes dominantes cariocas fundavam suas conceituações do que seria um “trabalhador” em aspectos distintos da contraditória inserção dessa classe no modo de produção capitalista. De um lado, o trabalhador reivindicado por órgãos de imprensa como a *Tribuna da Imprensa*, dirigido pelo udenista Carlos Lacerda, e *A Cruz*, ligado a setores conservadores da Igreja Católica, era, evidentemente, o trabalhador completamente expropriado de qualquer elemento que pudesse tornar sua existência menos dependente do capital em algum grau. O trabalhador como mero reprodutor

---

<sup>32</sup> THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. pp.411-412.

<sup>33</sup> *Lei de proteção aos trabalhadores favelados*. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.24-26, APERJ.

<sup>34</sup> *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro. 04/03/1955. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.109, APERJ.

<sup>35</sup> *A Cruz*. Rio de Janeiro. 30/05/1954. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.41, APERJ.



das engrenagens sociais então existentes. Por outro lado, a UTF buscava extrair toda a potencialidade disruptiva decorrente dessa situação-limite enfrentada pelos trabalhadores, especialmente grave no caso dos favelados. É interessante notar como, justamente a partir da categoria de “trabalho”, o movimento dos favelados conseguiu questionar um dos alicerces do capitalismo, o direito de propriedade, que, de resto, foi bem pouco ameaçado pelo ciclo de lutas da classe trabalhadora como um todo, que se tem analisado nas últimas páginas.

Em notícia acerca das reações de moradores do Morro da União instados por decisão judicial a pagar alugueis, sendo a única alternativa colocada o despejo, descobrimos que muitos dos favelados aceitavam pagar os valores referentes ao aluguel dos terrenos onde estavam suas casas – inclusive, reconhecendo não serem seus proprietários –, entretanto, negavam-se terminantemente a pagar pelos barracos que haviam construído com seu próprio **trabalho**, tendo alguns moradores, ao que parece, optado por destruir seus barracos, ao invés de tornarem-se inquilinos neles<sup>36</sup>.

### *Considerações finais*

Sendo o movimento dos favelados cariocas que se desenvolveu na quadra histórica compreendida entre os anos de 1945 e 1964 parte indissociável do processo de organização e luta política da classe trabalhadora da cidade, a derrota do conjunto da classe, materializada com o golpe de 1º de abril de 1964, teve consequências nefastas também para os favelados. Então majoritariamente organizados na FAFEG, que sucedera a UTF, os favelados passaram, nas décadas seguintes de Ditadura Civil-Militar, por um amplo processo de reorganização que se valeu de expedientes como prisão e cooptação de lideranças combativas, esforço de subordinação de suas instituições ao Estado e coação velada e aberta, isso sem mencionarmos os ataques ao conjunto dos trabalhadores favelados sob a forma de remoções, incêndios criminosos, etc<sup>37</sup>.

A agonia do regime inaugurado em 1964, por sua vez, coincidiu com a ascensão do poder dos traficantes de drogas nas favelas, que, como observaram Alvito e Zaluar, forneceu uma nova roupagem para os estigmas historicamente dirigidos aos favelados<sup>38</sup>, justificando toda uma miríade de novas soluções para o problema da favela. Em sua mais atual versão, essa assumiu a cara das UPP's, Unidades de Polícia Pacificadora que, apoiadas no consenso cuidadosamente construído pela mídia nos últimos anos, tem tratado as favelas como verdadeiros campos de guerra, a serem militarmente sitiados e ocupados, sob a justificativa de “libertar” os moradores do jugo dos traficantes. Considerando a complexidade da situação, não será possível tecer, aqui, considerações mais detalhadas acerca da mesma. Cabe, apenas, afirmar que qualquer esforço de deslocamento dos termos do debate público no sentido de transferir o seu centro do problema da favela para os problemas dos favelados, tal como esses mesmos os concebem, só terá o potencial transformador necessário para reverter o atual quadro de exploração capitalista, em última instância responsável por esses problemas, se passar por uma reorganização mais ampla do conjunto da classe trabalhadora.

---

<sup>36</sup> *O Jornal*. Rio de Janeiro. 11/03/1955. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.118, APERJ.

<sup>37</sup> Esse processo de desorganização é abordado por **LIMA, Nísia Verônica Trindade**. *O movimento de favelados... Op. Cit.* Capítulo 5.

<sup>38</sup> **ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba**. “Introdução”. *Op. Cit.* p.15.

## **Bibliografia**

**ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba.** “Introdução”. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). Um século de favela. 4ª ed. Rio de Janeiro, FGV: 2004. pp.7-24.

**BUONICORE, Augusto Cèsar.** “1943-1947: A política de União Nacional – Reorganização na Conferência da Mantiqueira”. In: RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (orgs.). Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

**BURGOS, Marcelo Baumann.** “Dos parques proletários ao Favela-Bairro. As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba (orgs.). Um século de favela. 4ª ed. Rio de Janeiro, FGV: 2004. pp.25-60.

**GOMES, Angela de Castro.** *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

**GRAMSCI, Antonio.** *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre Estado e Política. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

**LIMA, Nísia Verônica Trindade.** *O movimento de favelados do Rio de Janeiro – Políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.

**MATTOS, Romulo Costa.** *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2008.

**PINHEIRO, Marcos César de Oliveira.** *O PCB e os Comitês Populares Democráticos na cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

**SILVA, Maria Lais Pereira da.** *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

**THOMPSON, Edward P.** *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

**WEFFORT, Francisco.** “*Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra)*”. IN: Estudos CEBRAP. São Paulo, No. 4, CEBRAP, Abril-Junho de 1973. pp.67-105.